



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE A

ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO CENTRO, I.P. (ARH do Centro, I.P.)

E A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR),

ATRAVÉS DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE (SEPNA)

Preâmbulo

No quadro das orientações definidas pelo Programa e Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e das atribuições do Estado no sentido da promoção da gestão sustentada das águas e da prossecução das actividades necessárias à aplicação da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, adiante designada por Lei da Água, foram criadas as Administrações das Regiões Hidrográficas (adiante designadas por ARH, I.P.), as quais são as instituições da Administração Pública a cujos órgãos compete exercer as competências a nível das Regiões Hidrográficas previstas no Art.º 6.º da Lei da Água.

As ARH, I.P., apresentam, enquanto serviços da administração pública indirecta, uma indiscutível motivação para a construção de uma perspectiva de gestão integrada dos recursos hídricos, baseada na cooperação com as diferentes entidades intervenientes nestes domínios, como é o caso da GNR através do seu Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (adiante designado por SEPNA).

Neste sentido, a proximidade entre os níveis de decisão e de acção favorece um quadro de entendimento local que permite garantir a integração intersectorial, a compatibilização de interesses divergentes e conferir uma responsabilidade partilhada para a consecução de objectivos ambientais. Nesta mesma senda vem o n.º 3 do Art.º 90.º da Lei da Água concretizar que, no que ao exercício das competências de fiscalização concerne, colaboram com as ARH, I.P. nas acções de fiscalização as autoridades policiais ou administrativas com jurisdição na área, as quais devem prevenir as infracções ao disposto na Lei da Água e participar as transgressões de que tenham conhecimento.

Sendo que, no âmbito do planeamento da fiscalização, dispõe o Art.º 92.º da Lei da Água que, para a aplicação do princípio da precaução e prevenção, as entidades competentes devem promover a elaboração de planos de fiscalização, dos quais devem constar o âmbito espacial, temporal e material, os programas e procedimentos adoptados e o modo de coordenação das entidades competentes.

Assim,

Considerando que:

- A) A missão das ARH, I.P. é a protecção e valorização das componentes ambientais das águas e a gestão sustentável dos recursos hídricos no âmbito das respectivas circunscrições territoriais de actuação;
- B) A missão da GNR, através do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente, é, zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção e conservação da natureza e do meio ambiente e dos recursos hídricos;
- C) Um dos desideratos das ARH, I.P. é a prossecução de uma gestão eficiente e racional dos seus recursos recorrendo à cooperação institucional e à articulação de competências com entidades que detenham atribuições complementares às suas ou a si associadas;
- D) Para a prossecução desta gestão eficiente e racional dos recursos hídricos é necessário que se criem sinergias inter institucionais no sentido de um planeamento e controlo periódico e eficaz das acções de fiscalização;
- E) À GNR, através do SEPNA, compete colaborar com as autoridades e organismos correspondentes para planificar e executar políticas eficazes de protecção da natureza e ambiente, bem como colaborar na aplicação das disposições legais referentes ao ordenamento do território;

- F) A Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. (ARH do Centro, I.P.) tem uma jurisdição territorial que abrange as bacias hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis, existindo em toda esta área diversas brigadas territoriais do SEPNA;
- G) Nos termos do Art.º 93.º do DL n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, com a redacção dada pelo DL n.º 391-A/2007, de 21 de Dezembro, a partir da entrada em funcionamento das ARH, I.P. as competências atribuídas às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) no domínio dos recursos hídricos, especificamente no que concerne ao licenciamento e fiscalização, passam automaticamente para as ARH, I.P.

Vêm

a **Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.**, adiante designada por ARH do Centro, I.P., com sede no Edifício “Fábrica dos Mirandas” – Avenida Cidade Aeminium - 3000 – 429 Coimbra, representada pelo sua Presidente, Prof. Doutora Maria Teresa Fidélis da Silva com poderes para outorgar nos termos da alínea m) do n.º 1 do Art.º 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, como primeira outorgante;

e

a **Guarda Nacional Republicana**, adiante designada por GNR, com Comando-Geral sito em Largo do Rato – 1200 – 094 Lisboa, representada pelo seu Comandante, Tenente-General Luís Nelson Ferreira dos Santos, com poderes para outorgar nos termos da alínea g) do Art.º 36.º do DL n.º 231/96, de 22 de Junho

Celebra-se o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente protocolo tem como objecto a cooperação institucional e a prestação de apoio mútuo entre as duas entidades outorgantes, na execução de actividades das respectivas competências na área dos recursos hídricos.

Cláusula 2.ª

Âmbito Territorial

1. A área territorial de actuação do presente protocolo é a definida como **RH 4**, delimitada no mapa anexo, excluindo a bacia das ribeiras do oeste, cuja área de jurisdição foi delegada na ARH do Tejo, I.P..
2. O SEPNA intervirá na execução das actividades que lhe estão cometidas pelo presente protocolo através das suas brigadas que territorialmente forem competentes na área territorial de actuação atrás mencionada.

Cláusula 3.ª

Planeamento

Para a execução das actividades previstas no presente protocolo as duas entidades outorgantes obrigam-se a estabelecer um plano de actividades anual no qual constará o âmbito espacial, temporal e material, os programas e procedimentos adoptados e o modo de coordenação das duas entidades.

Cláusula 4.ª

Reuniões periódicas de planeamento e controle

A fim de se proceder à operacionalização deste protocolo deverão efectuar-se reuniões periódicas de planeamento e controle da fiscalização com a participação de um oficial de ligação da GNR/SEPNA.

Cláusula 5.ª

Obrigações da primeira outorgante

A primeira outorgante obriga-se através do presente protocolo a desenvolver as seguintes actividades:

1. Promover formação à segunda outorgante relativamente às matérias de recursos hídricos, mediante a realização de acções de formação.
2. Fornecer os equipamentos e os materiais que permitam efectuar colheitas e acondicionamento de amostras e determinação de medições de campo.
3. Comunicar à segunda outorgante, no final de cada processo de contra-ordenação cujo auto de notícia tenha sido levantado por esta, a decisão que sobre o mesmo recair.
4. Facultar à segunda outorgante o acesso a bases de dados sobre recursos hídricos e suas utilizações para o acompanhamento de ocorrências.
5. Promover as reuniões periódicas de planeamento e controle das acções de fiscalização, previstas na cláusula anterior.

Cláusula 6.ª

Obrigações da segunda outorgante

A segunda outorgante obriga-se através do presente protocolo a desenvolver as seguintes actividades:

1. Efectuar a colheita de amostras de água, realizar medições de campo e ainda transportar amostras.
2. Colaborar no exercício das suas competências de fiscalização, nas áreas objecto do presente protocolo.
3. Colaborar na instrução e investigação de processos de contra-ordenação, nos termos da legislação em vigor.
4. Intensificar a colaboração nas diversas diligências a realizar no âmbito dos processos de contra-ordenação, designadamente através de cartas precatórias, de intervenção em parceria no âmbito dos embargos.
5. Participar nas reuniões de planeamento e controlo das acções de fiscalização promovidas pela primeira outorgante nos termos definidos na Cláusula 4.ª e no ponto 5 da Cláusula 5.ª.

Cláusula 7.^a

Execução do protocolo

No final de cada ano será elaborado um relatório de actividades por ambas as entidades.

Cláusula 8.^a

Período de Vigência

1. O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigorará por períodos sucessivos de um ano, caso não seja feito cessar por qualquer das partes, o que poderá suceder, mediante comunicação escrita com a antecedência mínima de trinta dias relativamente à data pretendida para a cessação.
2. Com a assinatura do presente protocolo, no que diz respeito à área territorial de actuação da ARH do Norte, I.P., prevista na cláusula terceira, e por força do estipulado no Art.º 93.º do DL n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, na redacção dada pelo DL n.º 391-A/2007, de 21 de Dezembro, cessam todas e quaisquer obrigações da segunda outorgante para com a CCDR-N e CCDR-C, no domínio dos recursos hídricos.

Assinado em Coimbra, no dia 20 de Abril de 2010, em dois exemplares, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

A Presidente da
Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.

(Maria Teresa Fidélis da Silva)

O Comandante-Geral da
Guarda Nacional Republicana

(Luís Nelson Ferreira dos Santos)